

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 9463, DE 2018, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A DESESTATIZAÇÃO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO° _____, DE 2018
(Sra. Deputada ERIKA KOKAY)

Requer seja convocado o Ministro de Defesa, General JOAQUIM SILVA E LUNA a fim de prestar esclarecimentos, neste Colegiado, sobre o PL 9463/2018 e o seu impacto na soberania do país.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à Convocação do Ministro da Defesa, General JOAQUIM SILVA E LUNA a fim de prestar esclarecimentos neste Colegiado sobre as propostas relativas à alteração da política de energia elétrica do país, contidas no PL 9463/2018 e os impactos que essas alterações poderão causar na soberania do país.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento visa convocar o Ministro da Defesa, General JOAQUIM SILVA E LUNA, para que o mesmo venha perante a Comissão Especial da Câmara Federal destinada a proferir parecer ao PL 9463/2018 para prestar os devidos esclarecimentos sobre as alterações na política de energia elétrica do país e os impactos na soberania nacional.

Sabemos que a Eletrobras cumpre um importante papel no desenvolvimento econômico brasileiro. E foi fundamental para a estruturação do setor elétrico brasileiro, que durante muito tempo foi referência mundial devido a utilização de uma matriz limpa, preponderantemente hidrelétrica, associada a uma elevada integração por meio de uma vasta rede de linhas de transmissão.

Mesmo após o duro período da década de noventa, quando sofreu com a privatização, a Eletrobras conseguiu manter algumas importantes usinas e linhas de

transmissão em seu portfólio. Com a retomada dos investimentos no período após 2003, a Eletrobras, segundo reportagem da Rede Brasil Atual, de 23/08/17, chegou em 2017 com 32% da capacidade instalada de Geração de Energia do país e 47% das linhas de transmissão de energia. A privatização da Eletrobras representará a perda de controle sobre a energia elétrica do país, que ficará nas mãos de gestores privados, em grande parte estrangeiros. Eles terão controle não somente sobre a energia elétrica mas também sobre a vazão de rios, o que envolve a gestão dos múltiplos usos das águas, como irrigação e navegação, sendo por isso temerária no que tange a manutenção da soberania do país.

A experiência brasileira com a atuação do setor privado em setores estratégicos não é nada animadora, vide os exemplos da Vale e seu desastre de Mariana e da Sabesp provocando falta d'água em São Paulo, entre tantos outros.

Além disso, a Eletrobras é, ainda hoje, um importantíssimo instrumento de promoção de política pública no setor de energia elétrica e essencial indutora do desenvolvimento econômico e mesmo tecnológico. Na geração de energia, está presente em todos os grandes projetos estruturantes, assumindo riscos e permitindo que esses projetos se transformem em realidade e garantindo o suprimento de energia para o país, mesmo com alguns desses projetos impactando o equilíbrio financeiro das empresas do sistema Eletrobras.

Na transmissão de energia, a Eletrobras trabalha para a integração do setor elétrico com a promoção da interligação do país, entrando em leilões que não se mostraram interessantes ao setor privado, contribuindo também para o barateamento da energia. Na distribuição e na sua gestão dos programas de governo, investe na universalização do acesso à energia.

Face ao exposto, reiteramos a necessidade de que o Ministro da Defesa apresente neste Colegiado as devidas explicações acerca das medidas que têm o objetivo de alterar o Sistema Elétrico Brasileiro e afetar a soberania de nosso país.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2018.

Deputada ERIKA KOKAY PT/DF